

Entre o interesse privado e o espaço público **Parques como campo de disputa**

SESSÃO TEMÁTICA: ET1: DIREITO À PAISAGEM

Wellington Tohoru Nagano
Universidade de São Paulo
E-mail: nagano@usp.br

Fábio Mariz Gonçalves
Universidade de São Paulo
E-mail: fabiomgoncalves@usp.br

RESUMO

O artigo analisa os parques urbanos como locais de disputa entre diferentes campos, como o ambiental e o econômico. Através do conceito de 'campo' de Pierre Bourdieu (2014), definido como um espaço de disputas entre instituições, o artigo busca compreender o parque como um território onde coexistem múltiplos campos: o da preservação ambiental, o da recreação e práticas esportivas, e o econômico. Embora esses campos possam conviver harmonicamente, ocorrem frequentemente tensões e disputas mediadas pelo capital simbólico ou social. O estudo foca nas práticas de gestão dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos, concedidos à gestão privada em 2022. Observa-se que a atual gestão vem privatizando áreas dos parques em busca de geração de receitas, sobrepondo-se aos interesses da preservação ambiental e à vocação do espaço público como local de encontro dos diferentes. Por meio de revisão bibliográfica e avaliação empírica, busca-se compreender o quanto a hegemonia do campo econômico prevalece sobre o espaço público e a natureza do parque, não visto mais como um local de contato com a natureza, mas como um ativo de geração de receita.

PALAVRAS-CHAVE: espaço público; gestão privada de parques; espaço livre.

ABSTRACT

This article analyzes urban parks as sites of dispute between different fields, such as the environmental and the economic. Based on Pierre Bourdieu's (2014) concept of 'field,' defined as a space of contention between institutions, the article seeks to understand the park as a territory where multiple fields coexist: environmental preservation, recreation and sports practices, and the economic field. Although these fields can coexist harmoniously, tensions and disputes mediated by symbolic or social capital frequently arise. The study focuses on the management practices of the Cândido Portinari and Villa-Lobos Parks, which were granted private concession in 2022. It is observed that the current management has been privatizing areas of the parks in pursuit of revenue generation, overriding the interests of environmental preservation and the vocation of the public space as a meeting place for diverse groups. Through a literature review and empirical evaluation, this study aims to understand the extent to which the hegemony of the economic field prevails over the public space and the nature of the park, which is no longer seen as a place for contact with nature but rather as an asset for revenue generation.

KEYWORDS: public space; park private management; open space.

INTRODUÇÃO

Parques são espaços livres públicos urbanos abertos à população, que oferecem espaços de contemplação, recreação e lazer nas suas várias modalidades. Estas atividades promovem o convívio de seus frequentadores com elementos da natureza e a relação com a cidade tem um certo grau de isolamento com o entorno. Surgiram à medida que o ritmo das cidades se tornava tão intensas que o cotidiano da sua população já não tinha qualquer relação com espaços mais naturais. Os projetistas buscavam reproduzir a imagem da paisagem pastoril (CRANZ, 1982) ou concebê-los como espaços de fruição da natureza na cidade industrial europeia (PANZINI, 2013). São exemplos desses refúgios dentro das cidades o Central Park (Nova Iorque), o Hyde Park (Londres) e o Buttes-Chaumont (Paris). Para remeter a natureza ou a paisagem campestre, os projetistas usavam a criatividade para criar cenários naturais, como lagos, morrotes e bosques nos parques. A fruição da paisagem ocorria pela contemplação da natureza e pela prática de atividades relacionadas ao ócio.

Franco Panzini (2013) afirma que os parques desse período eram concebidos para serem didáticos aos frequentadores sobre a natureza e de acesso público, mas sob regras e ações definidas por um grupo específico, como apontado por John Berman (2003) no Central Park, em Nova Iorque (Fig. 1), em que os mais pobres iam ao local com as melhores roupas, para se igualarem – ao menos visualmente, aos mais ricos que também frequentavam o parque. No mesmo Central Park, era proibido realizar atividades na grama, enquanto o gestor do Golden Gate Park, em San Francisco, acreditava que as placas de proibição tornavam o ambiente repressivo e, por isso, permitia o uso livre dos gramados (CRANZ, 1982).

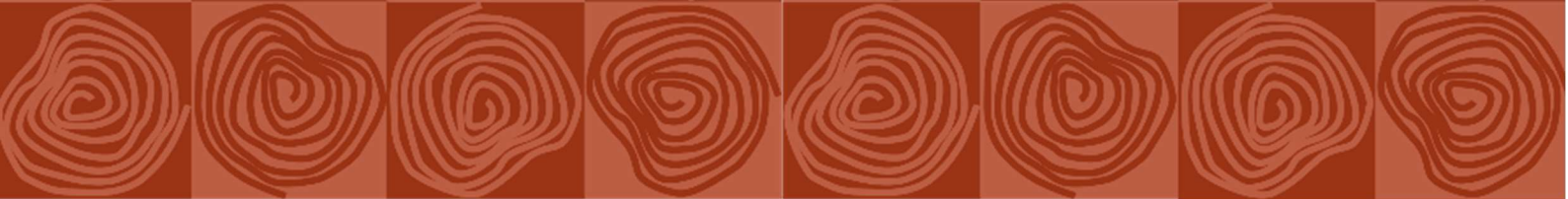
Figura 1: Terraço Bethesda, Central Park, no final do Século XIX. Nota-se os trajes utilizados pelos frequentadores e ausência de atividades nos gramados.



Fonte: Geographic Guide, s/d.

A intenção inicial de o parque ser um local em oposição ao ritmo da cidade mudou com propostas que introduziram outras atividades dentro dele que não fossem apenas a contemplação da natureza. O Central Park foi um dos casos notáveis, em que parte da própria prefeitura gostaria que o parque tivesse atividades voltadas à cultura e à educação, por entender que “seria uma boa forma de dar informações de maneira prazerosa no parque” (CRANZ, 1982, pg. 14). Acreditavam que a presença de museus, casas de shows, zoológicos e estações meteorológicas, entre outros, criaria uma atmosfera agradável no parque.

No final do século XIX, os parques no Hemisfério Norte não eram apenas para contemplação e atividades passivas com a natureza, mas possuíam diversas atividades de



alto desempenho e até mesmo conflitantes com o aspecto bucólico, tais como corridas, carrossel, tobogã, circo, tiro-ao-alvo e até mesmo manobras militares, além de apoio aos frequentadores, como cafés, quiosques e restaurantes. Isto refletia a preocupação dos gestores públicos em garantir a utilização intensa e animada dos parques, garantindo a sustentabilidade financeira dos espaços, e ao mesmo tempo, o seu sucesso de público.

Os parques eram vistos como grandes obras públicas, abertas a toda a população, espaço de socialização e descanso em tempos de jornadas de trabalho brutais e desigualdades sociais imensas. Os dois parques construídos em Paris por Napoleão III, projetados por Haussmann e Alphand, já marcavam a divisão social: o Bois de Boulogne a oeste, próximo aos *arrondissements* mais ricos, e o Bois de Vincennes a leste, junto aos bairros operários e pobres. Se a existência dos dois parques por um lado facilita o acesso de todas as classes sociais às áreas verdes, por outro, cria o parque dos ricos e o dos pobres, contribuindo para a segregação e a redução de conflitos e incomodidades.

As marcações de diferenças e as dificuldades decorrentes do convívio de classes sociais tão distintas aparecem nas regras estabelecidas para disciplinar as atividades e usos dos parques. Os gestores de parques de Chicago, Nova Iorque e San Francisco proibiam a prática da tradicional dança polca, por considerarem estimulante e indigna, mas permitiam concertos de música erudita, por entenderem ser mais edificantes e ligados aos hábitos culturais das classes mais ricas. Entretanto, os frequentadores não gostavam da música erudita, e o resultado foi elaborar concertos com músicas eruditas mais populares (CRANZ, 1982).

A metodologia da pesquisa é a revisão bibliográfica de autores que trabalham as diferentes concepções, interpretações e usos dos parques, como Bartalini (1999), Cranz (1982) e Panzini (2013), que apresentam o parque como um espaço público em constante transformação e local de disputa e coexistência de diversos campos, como o político, o dos frequentadores, do gestor público, do setor privado, dos ambientalistas, etc, a partir de Bourdieu (2014). Para trazer ao campo da prática, foram escolhidos dois parques, Ibirapuera e Cândido Portinari/Villa-Lobos, concedidos pelos governos municipal e estadual, respectivamente. Por último, a pesquisa empírica dos autores em visita aos parques, como método de avaliar as práticas da gestão privada nestes parques e reflexão à luz da revisão bibliográfica.

PARQUE COMO DISPUTA ENTRE CAMPOS

As práticas sociais de cada grupo da sociedade marcam sua identidade e, portanto, distinguem um do outro. O simples hábito de frequentar parques já pode ser um diferencial social, e cada uma das práticas realizadas dentro dos parques denota posição social, cultural e condição econômica.

Como espaço público de socialização, em uma cidade com as dimensões e contrastes de São Paulo pode-se dizer que os parques seguem sendo espaços diversos e plurais, com notáveis diferenças entre cada um dos parques públicos abertos à população. Há parques mais populares como o Parque do Carmo ou o Ecológico do Tietê, e parques mais elitizados como o do Povo ou o Buenos Aires.

Os parques Villa-Lobos e Cândido Portinari encontram-se em posição de expor esse contraste. Situados no vale do Rio Pinheiros, próximo a bairros de alta renda e baixa densidade, são de fácil acesso para bairros mais densos e elitizados. Ao mesmo tempo estão próximos às favelas do Jaguaré e da Linha e, pelo trem, são facilmente acessados por moradores de Osasco, Barueri e de outros bairros da baixa renda.

Seus moradores mais próximos, dos bairros vizinhos em sua maioria, gostariam de ter o parque mais bem cuidado, seguro e sem gerar incomodidades (tráfego, barulho e excesso de movimento). Esses moradores têm acesso à imprensa, aos órgãos da gestão pública e disputam assentos no conselho gestor do parque. Se organizam em associações de moradores, organizações culturais e de meio-ambiente e reivindicam melhorias e investimentos que garantam a qualidade de vida e a valorização dos seus imóveis na região.

Os frequentadores de mais baixa renda, sejam vizinhos ou de bairros mais populares que têm acesso facilitado, gostariam de ter um parque bem cuidado e seguro, mas com opções de alimentação e de lazer gratuitos ou de baixo custo, que permitam permanências mais longas e animadas (Fig. 2).

Figura 2 – Frequentadores indo ao Parque Ibirapuera para piquenique.



Foto: Wellington Tohoru Nagano, 2023.

Os gestores públicos, em sua maioria, também esperam que os parques sejam seguros e bem mantidos, mas, ao mesmo tempo querem que os custos de manutenção sejam compatíveis com as limitações orçamentárias, que a preservação da vegetação, da permeabilidade do solo sejam compatíveis com as atividades desenvolvidas neles.

Os investidores que assumem a gestão do parque esperam que os espaços sejam bem avaliados pelos usuários e pela população em geral, para ganhar o reconhecimento e a valorização das marcas das empresas que fazem a gestão e seus patrocinadores. Esperam obter os lucros econômicos e a valorização das empresas e marcas associadas aos espaços.

Cada um desses grupos tem lógicas, expectativas e possibilidades distintas na disputa pelo atendimento de suas necessidades. O Estado deveria ser capaz de gerir essa disputa, conciliando interesses, estabelecendo limites e negociando acordos.

Ocorre que cada um desses grupos opera dentro de campos distintos, instáveis e em disputa. No campo político, há gestões municipais e estaduais de diferentes orientações ideológicas; no campo econômico, as empresas que apoiam e patrocinam a gestão

privada podem ter interesses que conflitam com os dos proprietários dos imóveis ao redor do parque. No campo esportivo, modalidades tradicionais e populares, como o futebol e o skate, que tinham forte presença no parque desde sua inauguração podem perder espaço para esportes mais elitizados, como futebol de areia ou o tênis. No campo cultural, dois parques que nascem com os nomes do nosso mais reconhecido compositor clássico e do nosso mais consagrado pintor moderno, e que abrigam uma das mais bem equipadas e instaladas bibliotecas municipais, têm suas atividades culturais fortalecidas ou prejudicadas pelos eventos patrocinados e fechados?

Todos esses campos – o político, o econômico, o esportivo e o cultural – têm agendas e expectativas para os parques Villa-Lobos e Portinari (Fig. 3). A gestão privada, na falta de controle público, deverá priorizar os campos hegemônicos e os grupos hegemônicos deles. Quais serão os espaços de negociação desses conflitos? Qual a ética que deve pautar essa negociação? O Estado e suas estruturas deveriam garantir que todos esses grupos e campos respeitassem os interesses mais amplos de toda a sociedade. A gestão privada terá essa mesma ética ou tem outros objetivos pautando sua atuação?

Figura 3 – Localização dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos.

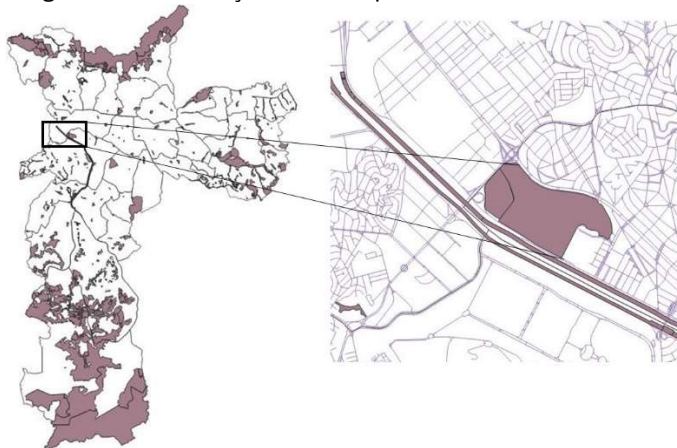
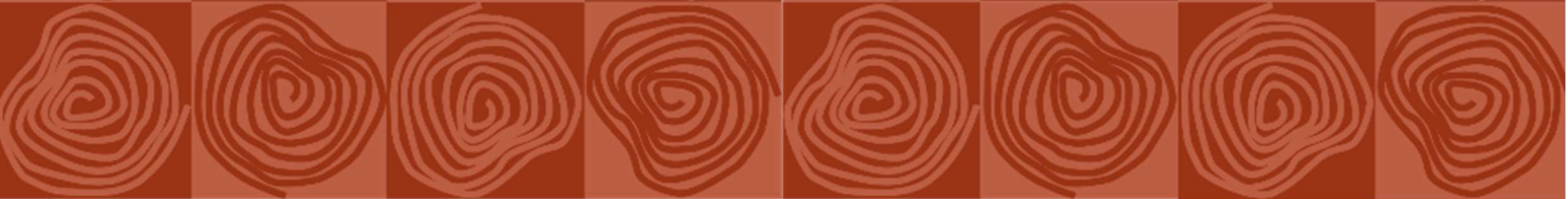


Foto: Elaborado pelos autores, 2026.

No processo de privatização da gestão dos parques municipais, apenas os localizados em áreas de mais alta renda despertaram o interesse dos investidores, justamente por terem maior potencial de retorno financeiro das atividades desenvolvidas nos parques, pelo mais alto poder aquisitivo dos seus frequentadores atuais e futuros, mas também por terem maior visibilidade das iniciativas de marketing e de valorização midiática dos eventos promovidos. Nesses dois aspectos, os parques privatizados ganham com a maior elitização dos seus frequentadores.

No campo institucional, compreendendo as várias secretarias municipais e estaduais que tratam de questões de gestão urbana e de políticas de segurança, saúde, esportes, lazer, cultura, educação, transportes e ambientais, que têm demandas, políticas e ações que envolvem o território dos parques públicos pode-se esperar que a privatização fortaleça ou fragilize as estruturas institucionais? Em tese, a gestão pública não é eliminada pela gestão privada, pois ambas devem trabalhar articuladamente, em parceria.



Cada uma dessas secretarias deveria compreender o território em que os parques estão inseridos e articulá-lo com os equipamentos públicos e as infraestruturas existentes. Elas possuem técnicos e equipes que conhecem seus temas e seus campos. Aqui, trabalhamos com o conceito de “campo” adotado por Pierre Bourdieu em seus vários trabalhos. Esse mesmo autor entende que o Estado não é um campo, mas um metacampo (BOURDIEU, 2014), com o papel de articular e organizar os vários campos, ou não. Faz parte da história dos Estados momentos em que, ao invés de fortalecer as organizações, as instituições e as estruturas públicas, agentes públicos atuam no sentido contrário - fragilizando e desorganizando as próprias estruturas.

Segundo Bourdieu, cada um desses campos tem seus próprios *habitus*, *nomos* e capitais que vão muito além do capital econômico, trabalhando com os valores simbólicos, sociais e culturais que fortalecem, legitimam e organizam cada um desses campos. Ocorre que todos eles acabam articulados aos interesses políticos das gestões públicas. Um dos receios é que eventos (pagos) de grande sucesso comercial, que têm grande visibilidade de mídia (paga), que atraiam grande público, possam ser contados como um grande sucesso por “aumentar” o número de visitantes do parque, por fortalecer o orçamento do parque, por servir de exemplo de infraestrutura bem montada (com banheiros limpos, estacionamentos com manobristas, segurança bem treinada e uniformizada), gerem ganhos políticos servindo de exemplo de gestão eficiente e moderna; não sejam compatíveis com a frequência dos moradores dos bairros vizinhos (pobres ou ricos), com atividades que envolvam estudantes das escolas da região, nem com a preservação da flora e da fauna do parque, nem com os serviços ambientais que o parque provê para o vale do Rio Pinheiros.

PARQUES CÂNDIDO PORTINARI E VILLA-LOBOS – TRANSFORMAÇÕES APÓS A CONCESSÃO

O Parque Villa-Lobos (Fig. 4) está situado na Subprefeitura Pinheiros, Zona Oeste de São Paulo, às margens do Rio Pinheiros. Anteriormente um aterro de inertes, o parque foi inaugurado em 1994 pelo Governo do Estado, por meio do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), e posteriormente transferido para a Secretaria do Meio Ambiente (SMA), atual Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística – SEMIL.

Figura 4 – Localização dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos.



Foto: Elaborado pelos autores, 2026.

Com projeto do arquiteto Décio Tozzi e paisagismo de Rodolfo Geiser, a concepção do parque baseava-se na temática musical, que não apenas deu nome ao local, mas inspirou elementos que fomentavam a música, como o anfiteatro e a ilha musical. O parque abriga uma esplanada, caminhos, sanitários, quiosques, playground, bosque, orquidário (inaugurado em 2010) (Fig. 5), anfiteatro, campo de futebol, gramados, ilha musical para a realização de eventos e biblioteca, além de quadras esportivas e de tênis, o que tornou o parque célebre na realização de eventos desta modalidade.

Figura 5 – Parque Villa-Lobos antes da concessão, sem lojas e cercamentos para eventos.



Foto: Governo do Estado de São Paulo, 2016.

Em 2013, foi inaugurado o Parque Cândido Portinari, adjacente ao Villa-Lobos, em área até então utilizada como canteiro de obras da Linha 4 do Metrô. Parte da estrutura do canteiro de obras, como caminhos, estacionamento e edificações, foi incorporada pela autora do projeto, Carolina Penna. O parque possui gramado, quadras esportivas, pista de skate e sanitários. A integração entre os dois parques ocorre por meio de passarela, praça e estacionamento.

O principal acesso aos parques é através da estação Villa-Lobos/Jaguaré da CPTM, proporcionando que ambos tenham alcance metropolitano. Pela facilidade de acesso à rede de transportes de alta capacidade, os dois parques tiveram mais de 11,3 milhões de frequentadores em 2019, ainda que este número possa ter duplicações, por serem parques integrados.

Antecedentes da concessão

Em 2017, o governo estadual instalou placas fotovoltaicas sobre as 264 vagas de veículos do Parque Cândido Portinari, com previsão de gerar cerca de 665 megawatts-hora por ano. Com investimento de R\$ 13 milhões, a ideia era tornar os dois parques referência em autogeração de energia, atendendo às suas necessidades e vendendo o excedente para as concessionárias de energia. Na época da inauguração, o governo paulista estimou que os dois parques gastavam cerca de 660 megawatts-hora anualmente, com custo de R\$ 390 mil na conta de energia dos dois parques. Com as placas fotovoltaicas, e a previsão de redução nos custos de energia era de 70%.

Em outubro de 2020, cerca de 4.500 m² do Parque Cândido Portinari foram cedidos para a instalação de uma roda-gigante (Fig. 6), a maior da América Latina, como parte da ideia do então governador de São Paulo, João Dória, de fazer com que os parques gerassem mais renda, transformando as margens do Rio Pinheiros em polo turístico e criando uma imagem globalizada da cidade por meio de equipamentos icônicos.

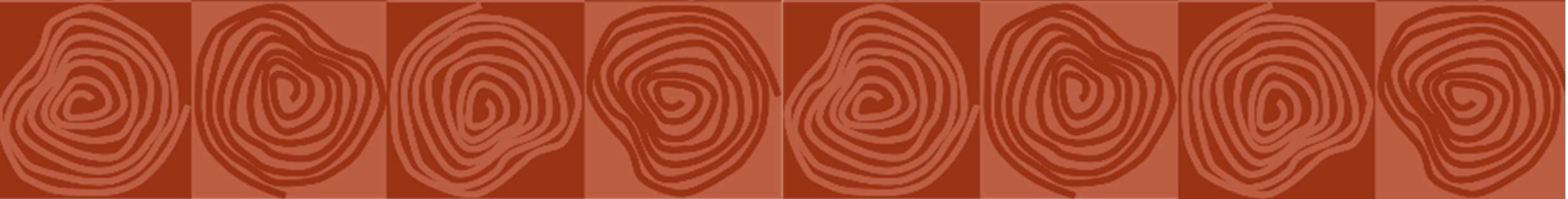
O vencedor foi o consórcio denominado São Paulo Big Wheel (SPBW), cujos sócios têm experiência em administração de rodas-gigantes. O contrato de concessão tem duração de 10 anos, sem renovação, podendo ser cancelado unilateralmente pelo governo estadual. O valor da outorga que a SPBW pagará mensalmente ao governo de São Paulo é de R\$ 141 mil ou 10% do valor da receita da roda-gigante. Próximo à inauguração, a SPBW vendeu o *naming rights* da atração para a XP Investimentos, nomeando-a como Roda Rico.

Figura 6 – Roda-gigante no Parque Cândido Portinari e a utilização de área permeável para estacionamento.



Foto: Wellington Tohoru Nagano, 2023.

Entre os termos da concessão, é proibida a instalação de qualquer elemento publicitário e de divulgação no parque e na roda-gigante. A instalação da roda-gigante foi aprovada pela Comissão Permanente de Paisagem Urbana (CPPU) da prefeitura de São Paulo e pelo Conselho Orientativo do Parque Cândido Portinari-Villa-Lobos.



No processo da SPBW para obtenção da aprovação da CPPU, a concessionária afirmou que ofereceria ingressos gratuitos para estudantes e frequentadores de baixa renda, assim como o fornecimento de ingressos de meia-entrada e programa de educação ambiental.

A concessionária propôs que a gratuidade fosse para professores das escolas públicas; alunos de escolas públicas da região de Pinheiros, às terças-feiras, mediante agendamento e até o limite de 50% da capacidade; e para o público em geral, limitado a 8.000 ingressos e para aqueles que estão inscritos em programas sociais, como o Bolsa Família, ou destinados pela Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social. Entre gratuidade e meia-entrada, a concessionária previa 230.000 usuários por ano, 23% da previsão de 1 milhão de frequentadores para o local.

A gratuidade e o programa de educação ambiental não estavam previstos no edital de concessão. Ao analisar a distribuição das escolas públicas em um raio de 2,5 Km a partir da roda-gigante, poucas escolas das Subprefeituras Lapa e Pinheiros seriam beneficiadas com a gratuidade, enquanto na margem oposta do Rio Pinheiros há muito mais escolas, porém sem opções de transposição além da Ponte do Jaguaré.

Ao se considerarem os ingressos gratuitos para os beneficiários de programas sociais, seria uma média de 24 gratuidades por dia, considerando a abertura seis dias por semana. Entretanto, no site da Roda Rico, não há menção de acesso gratuito para o esse perfil de público, apenas as opções de pagamento de ingresso integral, meio-ingresso ou ingresso social. As gratuidades previstas para professores ocorrem de maneira pontual, na semana do Dia dos Professores – 15 de outubro. A gratuidade é pontual e geralmente associada a alguma campanha de marketing, como foi com a Boticário, em que os inscritos no programa de fidelidade da empresa poderiam ter ingressos gratuitos no dia oito de novembro de 2023. Outra ação de ingresso gratuito foi para mães no mês de maio, desde que estivessem acompanhadas de uma pessoa pagante, ou seja, na prática, resultava em desconto de 50%.

A concessão dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos

Em outubro de 2020, foi aprovada a Lei Estadual nº 17.293, que autoriza o Executivo estadual a realizar medidas de austeridade econômica. No Artigo 37, específico para os parques estaduais, o governo estadual foi autorizado a conceder por até 35 anos os parques Água Branca, Belém, Cândido Portinari, Chácara da Baronesa, Juventude, Guarapiranga e Villa-Lobos (SÃO PAULO, 2020).

Em março de 2022, a Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente (SIMA, precursora da SEMIL – Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística) concedeu ao Consórcio Novos Parques, sob o nome fantasia de Reserva Parques, os parques da Água Branca, Cândido Portinari e Villa-Lobos por R\$ 62 milhões, pelo prazo de 30 anos. O edital de concessão prevê investimentos de R\$ 61,6 milhões, sendo que R\$ 46,9 milhões deverão ser aplicados nos primeiros seis anos da concessão. Não foram incluídas na concessão a base da Polícia Militar e a biblioteca no Parque Villa-Lobos, e a Roda Rico no Parque Cândido Portinari.

As obrigações do concessionário incluem a reforma do Orquidário Ruth Cardoso, readequação da Villa Ambiental, ampliação dos sanitários e reforma dos equipamentos. O contrato de concessão permite a utilização de *naming rights* em equipamentos dentro do parque e traz sugestões de ampliação do estacionamento e a transformação de galpões ociosos em mercado gastronômico.

Antes mesmo da concessão entrar em vigência, o governo estadual rompeu unilateralmente os contratos de alimentação no parque, que pagavam entre R\$ 4.000 e R\$ 40.000 por mês no local. No primeiro dia da concessão, A Reserva Parques reajustou o valor do estacionamento entre 49% e 73%, a depender do tempo de permanência no local.

Os Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos possuem como características possuírem grandes extensões de gramados e topografia plana, o que favorece a realização de eventos. Por estarem na subprefeitura com o mais alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de São Paulo e terem fácil acesso metropolitano, tanto pela CPTM quanto pela Marginal Pinheiros, os dois parques se tornam atrativos para a realização de eventos particulares que refletem parte do perfil dos moradores da região e dos frequentadores.

As áreas que antes eram de fruição irrestrita e gratuita se tornaram áreas cercadas para a realização de eventos privados. Um dos principais eventos que ocorrem no Parque Villa-Lobos é o Taste São Paulo, festival gastronômico que reúne os principais restaurantes da cidade. O preço do ingresso era de R\$ 65, um valor que pode se tornar proibitivo para uma família com crianças, por exemplo. Além disso, o festival ocupou uma das principais áreas do parque, a Ilha Musical e isolou o frequentador do parque por meio de tapumes metálicos (Fig. 7), impedindo que pessoas que não compraram o ingresso pudessem ver o que estava ocorrendo no festival.

Figura 7 – Tapumes isolando o Taste Festival do restante do parque.



Foto: Wellington Tohoru Nagano, 2024.

Com eventos pagos frequentes, ocorre a mudança da percepção do uso do parque pelos frequentadores. Se antes os parques eram locais para caminhar, praticar exercícios, utilizar os gramados ou eventualmente frequentar algum evento gratuito, hoje há uma profusão de atividades que estimulam o frequentador a consumir no local por meio da instalação de *stands* de alimentação e lojas na esplanada principal, além da ocupação dos gramados por carrossel, toboágua e até mesmo tirolesa infantil.

Os termos da concessão, permitem à concessionária terceirizar sua obrigação de reformar os equipamentos, oferecendo publicidade às outras empresas em troca da reforma e manutenção de um determinado equipamento. Isso ocorreu no Parque Cândido Portinari, em que a empresa de apostas esportivas Sportingbet reformou e batizou as

quadras como Arena Sportingbet (Fig. 8). Próximo a ela, a plataforma de skate STU (Skate Total Urbe) patrocinou a implantação de uma nova pista de skate ao lado da existente, ao custo de R\$ 1 milhão. Em ambos os casos, a implantação e a reforma dos equipamentos esportivos aumentaram a área impermeável do parque. A estratégia é comum em outros parques que foram concedidos, como o Ibirapuera, que está sob gestão da Urbia Parques e que usou patrocínios de empresas de moda esportiva e até automotiva para a reforma de quadras, em troca de publicidade.

Figura 8 - Quadras poliesportivas: em 2022, logo após a concessão, e atualmente. Nota-se o aumento do piso impermeabilizado e o estacionamento com painéis fotovoltaicos.



Fotos: Google Earth, 2025

A sofisticação da apropriação espacial é a transformação de serviços até então gratuitos em receita. No Parque Villa-Lobos este exemplo manifesta-se claramente quando a Reserva Parques transformou parte dos gramados em áreas privativas para piqueniques ou comemorações (Fig. 9), com valores entre R\$ 6.000 e R\$ 26.000. Mesmo com o argumento de que as áreas podem ser utilizadas quando não há festas, a presença do cordão de isolamento, da entrada única e a da vigilância por funcionários são formas nada sutis de delimitar o local e evitar seu uso gratuito.

Figura 9 – Villa Picnic. Mesmo com livre acesso, a presença de cercamento e controle de acesso funcionam como inibidores para os frequentadores.



Foto: Wellington Tohoru Nagano, 2024.

Outro exemplo é a Orla Villa-Lobos, com 12.000 m², que prevê a transformação de parte dos campos de futebol existentes em um *beach club* (Fig. 10), com atividades que fazem referência à cultura de praia, como vôlei de praia, quiosques e academias, entre outros. Assim como a Arena Sportingbet, o projeto foi batizado como Orla TotalPass, empresa patrocinadora do projeto. Parte do clube será restrita aos associados ou mediante agendamento por aplicativos de celular.

Figura 10 – Orla Villa-Lobos, a transformação de um campo de futebol público em uma área de acesso restrito e com cobrança.



Foto: Folha de São Paulo, 2026.

Em reunião do Conselho Orientativo dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos, os conselheiros indagaram à concessionária se o edital previa a instalação de clube e alteração na quantidade de campos e quadras no edital, obtendo resposta vaga de que, se houver patrocinador, o uso das quadras poderá ser gratuito.

As críticas recorrentes entre os conselheiros, moradores¹ e frequentadores dos parques são as transformações que estes sofreram, de áreas verdes para um complexo de atividades pagas. Criticam o fechamento dos gramados para eventos, o aumento dos preços de alimentos e bebidas e o fato que os órgãos públicos, representados tanto pela SEMIL quanto pela Agência Reguladora de Serviços de São Paulo (ARSESP), são indiferentes aos pedidos de esclarecimentos tanto do Conselho Orientativo quanto da Sociedade dos Amigos de Alto de Pinheiros (SAAP).

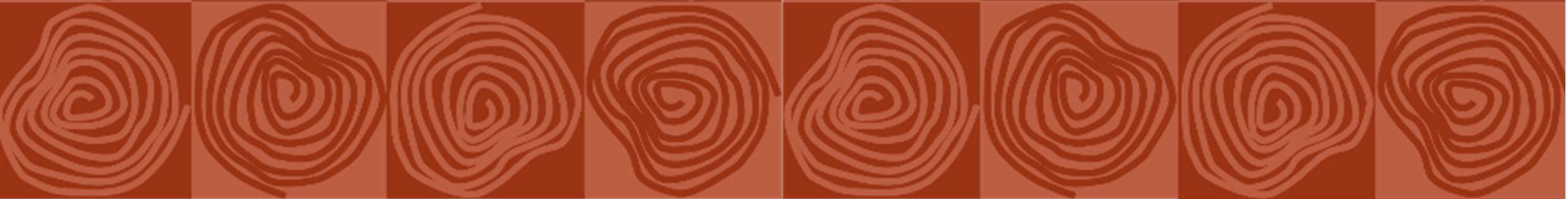
Os conselheiros, que deveriam ser a instância que poderia ter papel mais protagonista sobre as práticas da concessionária na gestão dos parques, têm a atuação reduzida devido à Portaria SMA nº 19, de 30 de junho de 2025, que institui os Conselhos Orientativos. Observa-se que as atividades dos conselheiros são apenas de caráter consultivo (SÃO PAULO, 2025), por meio de acompanhamento, manifestações, promoção de ações em prol do parque e da articulação com moradores e frequentadores sobre a importância da manutenção da área verde.

Desta forma, a participação dos conselheiros é limitada e as decisões de gestão do parque ficam nas mãos do concessionário, que pode utilizar de brechas e interpretações do edital de concessão para fazer aquilo que represente seus interesses prioritários, que é o pagamento da outorga, os custos de manutenção dos parques, os investimentos previstos e a distribuição de dividendos entre os sócios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parque concebido no Século XIX é compreendido como um espaço livre público com predomínio de elementos naturais, destinado à contemplação da paisagem. Surgiu da

¹ Uma das principais vozes sobre as transformações nos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos é a Sociedade Amigos de Alto de Pinheiros (SAAP). Além de participar do Conselho de Orientação, ela realiza ações paralelas para cobrar o Poder Público sobre as intervenções nos parques, por meio de ofícios à ARSESP e, recentemente, com representação no Ministério Público sobre a ausência de transparência pela concessionária, o governo do estado e a ARSESP.



iniciativa pública como elemento de estabilidade social e para que os operários entendessem a natureza a partir do seu ponto de vista (PANZINI, 2013), como contraponto ao estresse e às dificuldades da vida urbana.

Como Cranz (1982) e Bartalini (1999) apresentam, o parque foi se transformando conforme ocorriam alterações na sociedade. Novas dimensões, ou usos, surgiram nos parques, como o recreativo, cultural, esportivo, comunicacional, político e infraestrutura, camadas que complementavam a concepção inicial de preservação e convívio com a natureza. A agenda neoliberal vê hoje os parques como oportunidades de negócios, com a possibilidade de desonerar o orçamento público. Essa visão põe em xeque a preservação da natureza, e o caráter universal e público dos seus espaços de lazer.

A partir da década de 1970, o setor privado começou a participar de forma mais efetiva na gestão dos parques, sendo o Central Park um dos primeiros parques deste período com experiências privadas, dentro de um período de ascensão do pensamento neoliberal no mundo.

Alguns gestores de parques estadunidenses compreendiam que a gestão privada deveria ser limitada e apoiar o Poder Público, sob a forma de arrecadação de recursos, articulação com a sociedade para estabelecimento de políticas públicas e como alternativa para evitar as burocracias inerentes à administração pública.

Apesar da concessão recente, é possível afirmar que os Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos vêm se transformando e alterando a relação dos frequentadores com o espaço público e a natureza. Os novos gestores têm como objetivo a geração de receitas para pagar pela outorga da concessão, manutenção, obrigações contratuais e dividendos aos acionistas.

Os parques são utilizados para geração de renda através do aluguel de espaços e serviços que até então eram gratuitos ou com valores bem reduzidos. Apesar do acesso gratuito, os serviços oferecidos nos parques são cobrados, transformando a experiência de contato com a natureza em uma relação econômica e cara. Se antes a natureza era o elemento central da concepção dos parques, hoje ela é utilizada como uma dádiva gratuita e plano de fundo para a geração de renda, principalmente para os setores que propagam o bem-estar saudável e em contato com a natureza.

A concessão apresenta um dos principais conflitos na gestão de um parque. De um lado, há o campo preservacionista, que compreende o parque como contraposição à cidade e a valorização da natureza, e que ao longo de décadas dialogou com os defensores de atividades recreativas, esportivas e culturais para incorporá-las ao parque, sob o pretexto de que essas atividades promovem, junto com a área verde, o bem-estar dos frequentadores, coexistindo harmoniosamente.

No campo estatal, o desafio dos gestores é o equilíbrio entre a preservação ambiental, os usos e as questões administrativas, como manutenção, investimentos, intermediação de conflitos de campos distintos. O Estado é o campo que coordena os outros campos no espaço público do parque, manifestando-se tanto nos ritos administrativos quanto por meio de instrumentos de gestão, como planos diretores, leis e conselhos de gestão. Por meio destes instrumentos e do próprio Estado, regras são acordadas, consensos

formados e litígios são discutidos, de tal forma que o interesse público prevalece por meio de suas instituições e ações.

Com a concessão dos parques, o campo econômico ganha preponderância nos assuntos do parque. Ele substitui o Estado na gestão do espaço público, e passa a moldá-lo por meio dos representantes da concessionária, prevalecendo sobre os campos existentes no parque através da necessidade de geração de receitas para cumprir as obrigações do contrato. No caso dos Parques Cândido Portinari e Villa-Lobos, o edital de concessão elaborado pelo Estado permite que diversas ações de cunho econômico sejam realizadas no local, como a impermeabilização do solo para abrigar quadras financiadas por patrocinadores, gramados com brinquedos infláveis e áreas com tapumes para eventos exclusivos, entre outros.

O Conselho de Orientação, que poderia ser o freio e o controle das ações da concessionária, tem atuação limitada, voltado apenas para consultas. O capital simbólico do conselho é esvaziado e tem sua atuação reduzida, e a preservação do espaço público e do meio ambiente ocorre indiretamente, através de ações do Ministério Público e leis de tombamento arquitetônico, por exemplo. Antes concebido como um lugar de contato com a natureza, de práticas de valorização do bem-estar humano e como contraparte da agitação urbana, o parque se transformou em local de geração de renda e consumo, passando de atividades contemplativas e de descanso para local de eventos e atividades que estimulam o impulso, como shows. No final, o frequentador do parque é visto como usuário, alguém que deve ser instigado a consumir no parque.

AGRADECIMENTOS

A presente pesquisa tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) da qual os autores fazem parte por meio do projeto “Territórios da água: programa de conservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente no Município de São Paulo” (Processo Fapesp n. 2023/10072-0).

REFERÊNCIAS

BARTALINI, Vladimir. **Parques Públicos Municipais de São Paulo**: a ação da municipalidade no provimento de áreas verdes de recreação. 1999. 301p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

BERMAN, John S. **Central Park**: Portraits of America. Nova Iorque: Barnes & Noble Publishing Inc., 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Editora Companhia das Letras, 2014.

CRANZ, Galen. **The Politics of Park Design**: A History of Urban Parks in America. Boston: The MIT Press, 1982.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza**: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea. São Paulo: Editora SENAC, 2013.

SÃO PAULO (Estado). **Lei nº 17.293**. 15 de outubro de 2020. Estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas. Diário Oficial Estado de São Paulo, 16 de outubro de 2020.

SÃO PAULO (Estado). **Portaria SMA nº 19**. 30 de junho de 2025. Dispõe sobre a composição e as normas gerais de funcionamento dos Conselhos de Orientação dos Parques Urbanos administrados pela Diretoria de Parques Urbanos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística. Diário Oficial Estado de São Paulo, 01 de julho de 2025.